

PROBLEMATIZANDO A AVALIAÇÃO NO ENSINO DE HISTÓRIA: CONTRIBUIÇÕES AO DEBATE SOBRE A APRENDIZAGEM DA HISTÓRIA ENSINADA

PROBLEMIZING ASSESSMENT IN HISTORY TEACHING: CONTRIBUTIONS TO THE DEBATE ABOUT LEARNING HISTORY TEACHED

EVALUACIÓN PROBLEMÁTICA EN LA ENSEÑANZA DE LA HISTORIA: APORTES AL DEBATE SOBRE EL APRENDIZAJE DE LA HISTORIA ENSEÑADA



Juliana Alves de Andrade¹
Marcus Bomfim²



Resumo: Apostando na potência heurística da avaliação para a significação das aprendizagens escolares em História, o texto defende que a avaliação se consolide como objeto de pesquisa do campo do Ensino de História. A partir da apresentação de artigos que compõem o Dossiê “Avaliação das aprendizagens em História: práticas, teorias e políticas”, constata-se que, a despeito de outras possibilidades, os eixos escolhidos para fazer avançar o debate sobre a interface avaliação/ensino de História, no contexto do referido dossiê, foram: *aprendizagem, inovação, formação docente, práticas docentes e concepções de avaliação*.



Palavras-chave: Avaliação; Ensino de História; Aprendizagem histórica.



Abstract: Betting on the heuristic power of assessment for the meaning of school learning in History, the text argues that assessment should be consolidated as an object of research in the field of History Teaching. From the presentation of articles that make up the Dossier “Assessment of learning in History: practices, theories and policies”, it appears that, despite other possibilities, the axes chosen to advance the debate on the assessment/teaching interface of History, in the context of that dossier were: learning, innovation, teacher training, teaching practices and evaluation concepts.



Keywords: Evaluation; History Teaching; Historical learning.



Resumen: Apostando por el poder heurístico de la evaluación para la significación del aprendizaje escolar en Historia, el texto argumenta que la evaluación debe consolidarse como objeto de investigación en el campo de la Enseñanza de la Historia. De la presentación de los artículos que componen el Dossier “Evaluación





de los aprendizajes en Historia: prácticas, teorías y políticas”, se desprende que, a pesar de otras posibilidades, los ejes escogidos para avanzar en el debate sobre la interfaz evaluación/enseñanza de la Historia, en el contexto de dicho dossier fueron: aprendizaje, innovación, formación docente, prácticas docentes y conceptos de evaluación.

Palabras llave: Evaluación; Enseñanza de la Historia; Aprendizaje histórico.

La palabra **evaluación** es un *point de capiton* o punto nodal en el discurso educativo contemporáneo. Es la palabra que, «*en tanto que palabra*, en el nivel del significante, unifica un campo determinado, constituye su identidad (...)» (PLÁ, 2011, p. 43)

Sem dúvidas, nos últimos anos, o termo *avaliação* ganhou centralidade no discurso educacional, sobretudo pelo significado que o capitalismo cognitivo e sua agenda educacional global atribuiu a esse ação/campo/significante. E, apesar de os estudos apontarem a polissemia e a polifonia do termo (MARTINS; ANDRADE, 2021), nota-se que a influência desses organismos internacionais redirecionou o seu significado, tornando-o representante de posições antagônicas que parecem encontrar equivalências. Por isso, atualmente, evocar a palavra *avaliação* pode servir para referir-se a um conjunto de ações e significados como “calidad educativa, desarrollo profesional del docente, aprendizaje, exámenes masivos, instrumentos, eficacia y didáctica entre otros” (PLÁ, 2011, p. 43). Diante deste cenário, parece urgente, ao Ensino de História, o debate sobre o conceito de *avaliação*, para mostrar que há um entendimento contrário ao paradigma do momento, que é pensar a avaliação para a aprendizagem (AFONSO, 2005; FERNANDES, 2009; MARTINS, 2020b) e não como mensuração de desempenho.

Entendemos que explorar os sentidos de *avaliação* mobilizados pelo campo do Ensino de História contribui para entrarmos na disputa pela sua significação e, conseqüentemente, pela definição do que se pode fazer *com* ela e *a partir* dela nas salas de aula da educação básica. Trata-se de investir em sentidos de avaliação que contribuam para aprendizagens da História ensinada em perspectiva democrática, em oposição ao capitalismo cognitivo, que transformou o multifacetado significante *avaliação* numa visão unívoca, cuja materialidade principal é servir para legitimar uma forma única de se relacionar com os conhecimentos escolares. Nesse monopólio capitalista dos significados, avaliar virou sinônimo de produção de indicadores de desempenho e o Programme for International Student Assessment (PISA)³, criado e instituído pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), tornou-se símbolo de uma suposta vitória do capital na disputa pelos sentidos. Cabe ressaltar que, para se tornar o discurso hegemônico sobre avaliação, o capital internacional investiu na produção de narrativas que associam qualidade da educação à medição/quantificação de conhecimentos adquiridos pelos estudantes, ao longo do processo de escolarização (desempenho), e que associam a eficiência dos docentes a partir dos resultados obtidos por seus alunos e alunas em exames nacionais/internacionais (performance).

Ao tomarmos a avaliação como um lugar privilegiado de produção do conhecimento histórico, seja por constituir-se num espaço de produção de fonte (instrumentos-provas, testes, exames, textos, roteiros, gabaritos), seja por ser espaço de produção da escrita da história (narrativas produzidas pelos estudantes e docentes), compreendemos que

os diagnósticos produzidos pelos/as pesquisadores/as reafirmam a necessidade de se teorizar sobre a avaliação das aprendizagens escolares, colocando em tela a discussão sobre os fundamentos que orientam as práticas avaliativas dos docentes na disciplina de História e do reposicionamento do campo na tentativa de responder, de forma qualificada e científica, as demandas que emergem nos confrontos com a agenda educativa global.

Investir nas reflexões teóricas sobre avaliação das aprendizagens da História ensinada é um esforço para contextualizar um novo debate sobre avaliação e ampliar a discussão no que diz respeito à necessidade de pensar novos objetos/problemas. Uma série de questões emergem dessa leitura de cenário, como: quais são os problemas levantados pelo Ensino de História com relação à avaliação das aprendizagens? Como o Ensino de História tem enfrentado o debate sobre a influência das avaliações de larga escala na organização do currículo de História e nas práticas avaliativas do/a professor/a? Quais são os fundamentos que norteiam o processo de validação da história ensinada? Quais relações os/as pesquisadores/as tecem entre as diferentes concepções de aprender com o ato de avaliar?

Todas essas indagações, e outras mais, são forjadas na interseção entre os campos da Avaliação e do Ensino de História. O debate nessa interface encontra-se focado em duas problemáticas: a) as bases axiológicas das avaliações – ou seja, as formas como os objetos de estudo são valorados, aí incluindo temas morais, éticos, políticos, estéticos e culturais; e b) o uso das avaliações – ou seja, o sentido que adquirem e os efeitos que produzem nos/nas estudantes e docentes e na realidade. Nessas duas dimensões, as pesquisas apontam a necessidade de avançar em pelo menos três direções: i) ampliação das investigações sobre as teorias e mecanismos de validação/valoração utilizadas nos processos avaliativos; ii) ampliação dos estudos sobre os usos práticos das avaliações; iii) introdução, no debate público, do reconhecimento das avaliações como instrumentos políticos de luta.

Esses três caminhos sinalizam um espaço aberto e mostram a necessidade de os/as pesquisadores/as do Ensino de História se debruçarem para além das questões que problematizam a primazia dos indicadores das avaliações externas como balizadores dos exercícios de valoração, mas que comecem a refletir sobre: quais são as fontes dos indicadores e critérios utilizados como parâmetro nos exercícios de validação/valoração? Quais atores influenciam na construção dos critérios? O que faz/torna um critério preponderante? Os critérios se apoiam em traços éticos, morais, culturais ou institucionais válidos ao objeto de estudo e a seu contexto? Em que medida esses critérios articulam dimensões da cultura escolar e da cultura histórica (Teoria da História e Historiografia)?

A tentativa de resposta a essas e outras questões permitirá um deslocamento do olhar sobre aprendizagens, ou seja, sair de uma perspectiva pragmática de avaliação

na qual ela é percebida apenas como espaço de obtenção de dados confiáveis para a tomada de decisões, e caminhar em direção a uma perspectiva de avaliação em que se possa reconhecer e explicar situações, fomentar aprendizagens, aproximar atores, fazer denúncias, e produzir subjetividades. Para isso, se faz necessário investigar e reconhecer as variações de sentido e de utilidade que as avaliações podem assumir para os distintos atores em culturas, contextos e momentos diferentes.

Em tempos de incertezas, está posta a necessidade e urgência do Ensino de História produzir novas agendas e ampliar aquelas que já estão colocadas. A avaliação aparece como uma nova agenda, redefinindo conceitos, ideias, fundamentos que norteiam as concepções de aprender e ensinar. Estudar avaliação das aprendizagens históricas no Brasil contribuirá para que o Ensino de História ajude na redução das desigualdades socioeducacionais e o fortalecimento da democracia.

Partindo desse princípio, observamos a necessidade de um reposicionamento do debate sobre aprendizagem histórica na área do Ensino de História, por reconhecer que os estudos sobre os processos de validação do conhecimento histórico escolar encontram-se num contexto que varia entre trabalhos pontuais, ausência ou precariedade da circulação dos poucos trabalhos/pesquisas confeccionados. Dada a importância da relação entre aprendizagem e avaliação que vimos destacando (ANDRADE; MARTINS, 2021; MARTINS, 2020b; MARTINS; ANDRADE, 2021; GABRIEL; MARTINS; ANDRADE, 2023), esperamos que esse “campo de pesquisas [que] se dedica a estudar e produzir conhecimentos científicos sobre questões relacionadas à História ensinada debruça-se sobre esse elemento incontornável dos processos de escolarização” (MARTINS, 2020a, p. 153). Essa reflexão serve para pensar os desafios que o campo do Ensino de História precisa enfrentar nesse presente. Com isso, queremos reconhecer o quanto há para se realizar em matéria de estudos sobre as avaliações das aprendizagens em História.

O campo do Ensino de História, nos últimos 30 anos, consolidou-se como espaço político e de investigação sobre variadas temáticas que interpelam o conhecimento histórico em contexto escolar. A questão da avaliação, no entanto, vem tentando angariar espaços novos estudos. Defendemos a necessidade da ampliação das discussões sobre a avaliação, pois trata-se de um tema/objeto central no processo de escolarização dos diferentes sujeitos. É preciso ampliar a produção teórica e prática sobre avaliação das aprendizagens históricas no Brasil sobretudo pelo potencial de interpelar questões de ensino e de aprendizagem.

Nesse sentido, lançamos um chamado à comunidade do Ensino de História para ampliar sua produção teórica e empírica nestes temas. Propusemos o dossiê intitulado “Avaliação das aprendizagens em História: práticas, teorias e políticas”, aberto a trabalhos de estudiosos/as e pesquisadores/as que apresentem seus resultados de pesquisas, reflexões epistemológicas, discussões metodológicas e pedagógicas. Os textos que

compõem o dossiê partem de diferentes perspectivas teóricas e metodológicas para olhar o fenômeno da validação do processo de aprendizagem histórica. Ademais, entram nesse debate a partir de diferentes eixos de problematização, quais sejam: *aprendizagem, inovação, formação docente, práticas docentes e concepções de avaliação*.

Suzana Ribeiro, em artigo intitulado *Avaliação Como Processo de Tradução e Subjetivação: diálogo e conflito no ensino de História*, interpela a questão da aprendizagem por meio da aposta na possibilidade de ler a avaliação da aprendizagem em História como um processo de tradução cultural, levando em conta intersubjetividades produzidas em meio à interação e à problematização entre sujeitos. Para isso, articula as categorias *tradução* e *conflito*, com base em contribuições de autores como Michel Foucault, Homi Bhabha e Jacques Racière.

O artigo de Alessandro Monteiro e Eder Cristiano de Souza, *A Avaliação da Aprendizagem Histórica: um estudo a partir do Enem e dos exames vestibulares*, também prioriza a discussão sobre aprendizagem. A forma escolhida para conduzir a argumentação é explorar as exigências feitas aos estudantes pelo Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e exames vestibulares de quatro grandes universidades públicas do estado do Paraná: UFPR, UEL, UEM e UEPG. Os subsídios teóricos são oferecidos pela *History Education* inglesa e pela Didática da História Alemã.

Em *Séries Televisivas, Interações em Rede e Experiências Formativas em História: aprendizagens a partir da série Game of Thrones*, Társio Roberto Macedo e Roberto Sidnei Macedo sinalizam a relevância de ampliar os ambientes nos/a partir dos quais se pode aprender História. Assim, tendo como referência empírica uma série televisiva exibida num canal do YouTube, sublinham a potência de ambientes outros para o oferecimento de oportunidades de experiências avaliativas singulares. Dessa forma, o artigo aborda, simultaneamente e com a mesma proficuidade, as discussões sobre aprendizagem e inovação.

Na seara da inovação, termo que pode permitir leituras díspares, a ponto de pendular entre o capitalismo cognitivo do qual falamos e o compromisso com demandas democráticas e populares, há ainda dois artigos: Bárbara Araújo Machado e Renan da Cruz Padilha Soares trazem um relato de experiência de uma prova de história “gameficada”, propondo um modelo de avaliação que poderá ser apropriado e reelaborado de acordo com diferentes contextos pedagógicos, no artigo intitulado *Gameificação e Avaliação no Ensino de História: uma proposta de renovação metodológica*. Já Armando Augusto Oliveira, em artigo nomeado *Uma Proposta de Avaliação da Aprendizagem Histórica Utilizando o Gradecam*, partilha a experiência de utilização do sistema Gradecam num contexto de ensino e aprendizagem da disciplina de História, numa turma de sétimo do ensino básico, na Escola Secundária de Gondomar, no distrito do Porto, em Portugal, durante o ano letivo de 2021-2022.

Tendo a formação docente como eixo articulador da discussão sobre avaliação no ensino de História, Augusto Ridson de Araújo Miranda, Luis Fernando Cerri e Antonio Germano Magalhães Junior, em *Saberes e Sentidos sobre Práticas Avaliativas de Professores-Referência na Formação Docente em História*, problematizam saberes e sentidos de professores e estudantes gerados em torno das práticas avaliativas de seis professores-referência na formação docente em História de três cursos diferentes de uma universidade pública cearense. Os autores se debruçam sobre depoimentos de licenciandos e licenciandas; planos de disciplina, produções acadêmicas e entrevistas de história oral de vida dos professores-referência.

No mesmo eixo, no artigo *Os Cadernos de História: avaliação de aprendizagens na formação docente inicial*, Caroline Jaques Cubas, ao explorar uma experiência de utilização de cadernos como instrumentos pedagógicos e avaliativos no contexto do estágio curricular supervisionado em História, discute os limites e as possibilidades desse instrumento para a formação inicial docente. Para sustentar suas argumentações, a autora dialoga com Jan Masschelein, Marteen Simons, Flavia Caimi e Marcus Leonardo Bomfim Martins.

Deslocando da formação inicial para as práticas docentes, André Francisco Berenger de Araujo desenvolve uma reflexão teórica sobre as tensões, negociações e adaptações que se produzem na prática de ensino de História a partir de demandas expressas por meio de avaliações externas/testes padronizados. A reflexão é conduzida tendo a categoria lugar de fronteira, produzida por Ana Maria Monteiro e Fernando Penna, como estruturante. O título de seu artigo é *Avaliação do Ensino de História em “Lugar de Fronteira”*.

Também no contexto das práticas docentes, o artigo *Ações “Instituintes” nas Escolas Organizadas em Ciclos e a Política de Avaliação na Disciplina de História na Rede Municipal de Niterói (RJ)*, de Maria de Fátima Barbosa Pires, visa contribuir com a construção de uma epistemologia da prática escolar para pensar a formulação de políticas de avaliação focadas em História. O recorte empírico a partir da qual a autora produz seus enunciados são as práticas instituintes de docentes de História que atuam em escolas organizadas em ciclos e que pertencem à rede municipal de educação da cidade de Niterói, no estado do Rio de Janeiro.

Fechando o Dossiê, em *Entre Resistências, Adesões e Dificuldades: vozes de professores de História sobre o Enem*, Carla Alessandra Oliveira Nascimento e Selva Guimarães entram na discussão sobre avaliação no ensino de História por meio da problematização de concepções de avaliação. Com foco na forma como docentes de História que atuam no Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM) concebem o Enem, as autoras investigam os efeitos dessas concepções nos saberes e práticas desses docentes.

Os eixos escolhidos por autores e autoras que participam do Dossiê, ainda que não esgotem todas as possibilidades, mostram a amplitude de abordagens que a discussão sobre avaliação no campo do Ensino de História comporta. Nesse sentido, entendemos que o Dossiê, que é o primeiro sobre esse tema, cumpre um importante papel de fomentar um debate que consideramos incontornável, afinal, falar de avaliação implica falar em conhecimento, em ensinar, em aprender, que são os três elementos estruturantes das relações entre os sujeitos que ocupam os espaços escolares. A especificidade de como isso tem se dado e pode vir a se dar no contexto da História ensinada é o que nos motiva a continuar explorando esse objeto de estudo.

Referências

AFONSO, Almerindo Janela. *Avaliação educacional: regulação e emancipação*. Para uma sociologia das políticas avaliativas contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2005.

ANDRADE, Juliana Alves de; MARTINS, Marcus Leonardo Bomfim. Ensino, aprendizagem e processos avaliativos no Ensino de História: que articulações possíveis na contemporaneidade?. In: Luís Fernando Cerri; Osvaldo Mariotto Cerezer; Renilson Rosa Ribeiro (Orgs.). *Territórios disputados: produção de conhecimento no ensino de história em tempos de crise*. 1ed. Cáceres: Editora UNEMAT, 2021, v. 1, p. 107-125.

FERNANDES, Domingos. *Avaliar para aprender: fundamentos, práticas e políticas*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

GABRIEL, Carmen Teresa; MARTINS, Marcus Leonardo Bomfim; ANDRADE, Juliana Alves de (Orgs.). *Aprendizagem e avaliação da História na escola: questões epistemológicas*. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2023. v. 1. 219p.

MARTINS, Marcus Leonardo Bomfim; ANDRADE, Juliana Alves de. Avaliação da aprendizagem como objeto de pesquisa no Ensino de História. In: ANDRADE, Juliana Alves de.; PEREIRA, Nilton Mullet (Orgs.). *Ensino de História e suas práticas de Pesquisa*. São Leopoldo: Oikos, 2021, p. 360-374.

MARTINS, Marcus Leonardo Bomfim. Avaliação da aprendizagem no Ensino de História: entre “silêncios de” e “desafios para” um campo de pesquisa. In: *Revista Clio- Revista de Pesquisa Histórica*. vol. 38, nº 01, Recife, 2020a, p.153-168.

MARTINS, Marcus Leonardo Bomfim. Avaliação democrática das aprendizagens históricas: desafios à Didática da História. *Educação Em Revista* (Online), v. 36, p. 1-18, 2020b.

PLÁ, Sebastián. Evaluación de la enseñanza de la historia en México: tensiones irresolubles. In: MARTÍNEZ, Pedro Miralles; PUCHE, Sebastián Molina; FERNÁNDEZ, Antoni Santisteban, (Eds.). *La evaluación en el proceso de enseñanza y aprendizaje de las ciencias sociales*. Volume I. AUPDCS: Múrcia/Espanha. 2011, p.43-54.

Notas

¹Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Professora Adjunta da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

²Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor Adjunto da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).

³Programa Internacional de Avaliação do Estudante (PISA). Tradução livre do termo.